



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2018.**

**Nº. 11/2018**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,35 horas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Apresentou o Sr. Vereador Francisco Duarte a seguinte proposta de moção, subscrita igualmente pelo Sr. Vereador António João Colaço:

#### **“MOÇÃO**

**Sobre**

#### **Transferência de Competências**

Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais - definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planear os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública.

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Câmara Municipal de Castro Verde, reunida a 26 de Abril de 2018 delibera:

1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.
2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.
3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.
4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local.

5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

Apreciada a proposta e submetida a votação, foi a mesma rejeitada, com os votos contra dos eleitos do Partido Socialista.

Justificou o Sr. Presidente a posição dos eleitos do Partido Socialista destacando que, nalguns pontos da Moção, não se revê na linguagem pouco apropriada e, em termos gerais, na argumentação apresentada pelos eleitos da CDU.

Mais acentuou que, não se tratando de um processo perfeito, a transferência de competências para a Administração Local tem vindo a ser discutida e concertada com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e que, nesse contexto, a Câmara Municipal de Castro Verde confia que será possível alcançar um resultado satisfatório que permita uma melhoria efetiva para as populações.

Apresentou a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte os seguintes requerimentos, igualmente subscritos pelo Sr. Vereador António João Colaço:

- **“Assunto:** Assuntos de pessoal:

Tendo o Sr. Presidente, na reunião de 29 de Março prestado algumas informações sobre as mais recentes decisões na área dos recursos humanos, nomeadamente na aplicação da Lei nº. 112/2017, de 29 de Dezembro, que estabelece a regularização dos vínculos precários, sobre os convites que endereçou e que foram aceites pelos novos chefes de divisão e ainda sobre o processo de mobilidade inter carreiras de dez (10) técnicos superiores. E que, nessa sequência de informações o vereador presente informou que a CDU iria requerer informação mais detalhada.

Assim, nos termos legais, vêm os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, requerer cópia dos despachos que deram corpo às referidas e desde já informação detalhada sobre aspetos que nos suscitam algumas dúvidas:

- Qual o ponto da situação dos concursos abertos ao abrigo da lei nº. 112/2017?
  - Quais as razões da não nomeação do Chefe de Divisão de Educação e Ação Social, sendo do conhecimento público as novas dinâmicas que pretendiam introduzir neste setor?
  - Quais as funções a desempenhar e os setores da orgânica dos Serviços que irão acolher os novos Técnicos Superiores abrangidos pela “mobilidade inter carreiras”?
  - Sendo que foi anunciada a entrada em vigor dos efeitos da “mobilidade inter carreiras” para Julho 2018, questionamo-nos se já foram abertos os concursos para as vagas do Mapa de Pessoal que ficarão libertas?
  - Globalmente, quais as implicações financeiras que estas decisões no âmbito dos recursos humanos trazem em termos orçamentais? No caso de ainda subsistirem limites com encargos com Pessoal ficará o município em condições de cumprir com os preceitos legais?
- **“Assunto:** Assuntos de ambiente:

O anterior executivo da CDU deixou implementado um sistema de recolha e de uso coletivo e prosseguia uma cultura ambiental com vista ao futuro mais sustentável e à economia circular. Mas,

acima de tudo consciencializar e formar os seus munícipes para as boas práticas ambientais. E em simultâneo dar resposta às imposições legais usando os meios que criou sem os apoios de nenhuma instituição governamental ou europeia e que tinha à sua disposição.

O atual executivo do PS desmantelou alguns desses meios, assim gostaríamos de saber:

- Sendo o município responsável pela gestão dos RCD's das pequenas obras como é que pretendem dar resposta à diretiva europeia que pretende reciclar 70% dos RCD's até 2020?
- Também vão acabar com o sistema grátis de recolha ao domicílio?
- Sabem que o método que estão a usar para deposição de RCD's é ilegal?
- Retiraram a rede de compostores comunitários, foi decisão política fundamentada ou foi apenas por questões de estética?"

Ainda no âmbito do período antes da ordem do dia, o Sr. Vereador Francisco Duarte, tendo conhecimento da prevista construção da conduta de abastecimento de água entre Castro Verde e Santa Bárbara de Padrões, da responsabilidade da empresa Águas Públicas do Alentejo, alertou para o problema que pode surgir se a sua colocação for entre o pavimento e a berma, tendo em conta o perspectivado alargamento da mesma estrada, e deu como exemplo o problema que o anterior executivo teve aquando da construção da conduta entre Santa Bárbara de Padrões e os Viseus.

Interpelou o mesmo Vereador se já estavam compilados os resultados da consulta feita no âmbito da recolha de propostas e ideias para a reabilitação urbana de determinadas zonas de Castro Verde.

O Sr. Presidente da Câmara rececionou e tomou nota dos requerimentos apresentados e relativamente aos resultados da referida consulta informou que os mesmos ainda não estavam completamente reunidos tendo em conta também a consulta feita on-line.

## **ORDEM DO DIA**

- **Aprovação das atas das reuniões anteriores (ordinária e extraordinária):**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia das atas das reuniões anteriores, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-as à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação da ata da reunião extraordinária, o Sr. Vereador Francisco Duarte por não ter estado presente na mesma.

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **1. - Ratificação da 4ª. alteração efetuada aos documentos previsionais de 2018:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2018, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras, nomeadamente o que respeita a receitas consignadas provenientes do IEFP.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o art.º 33º/1 al d) da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Considerando que a sua aprovação reveste de carácter de urgência aprovo ao abrigo do nº.3 do artigo 35º da referida Lei a alteração nº.4 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gop,s), e proponho que a Câmara Municipal de acordo com preceito legislativo, ratifique a aprovação na próxima reunião.”

Apreciada a proposta de alteração ao Orçamento e Opções do Plano, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, ratificá-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

## **2. - Revogação de procedimentos concursais a decorrer:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a informação em anexo, datada de 5 de abril do corrente ano, cujo assunto tem a ver com vários os procedimentos abertos há algum tempo atrás, conforme se pode ver, que não se encontram concluídos;

Considerando que alguns destes lugares vão ser ocupados por pessoal que se encontra em situação de regularização extraordinária dos vínculos precários e ainda por outros trabalhadores com a figura da mobilidade intercarreiras;

Considerando a situação financeira da autarquia, que não está em condições de aumentar o seu Mapa de Pessoal, e por consequência a despesa corrente, facto que agrava ainda mais o desequilíbrio orçamental da autarquia;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão Executivo, a revogação parcial da decisão proferida na altura naquilo que confere à continuidade dos procedimentos elencados pela técnica dos Recursos Humanos, Drª. Paula Vilhena.”

A informação referida na proposta acima descrita é a seguinte:

“Considerando que se encontram por terminar vários procedimentos concursais, sobre os quais importa tomar uma decisão final, uma vez que se encontram ultrapassados todos os prazos legais, para conclusão dos procedimentos em curso;

Considerando que decorreram eleições autárquicas, e que a Câmara Municipal, alterou o executivo;

Considerando que foi aprovada uma nova organização de serviços e um novo mapa de pessoal;

Considerando que foi publicada nova legislação para regularização extraordinária de vínculos precários;

Solicita-se uma decisão superior, sobre os procedimentos a tomar, relativamente aos seguintes procedimentos concursais:

De acordo com os despachos do Presidente da Câmara de 17/10/2011 e 18/10/2011, ratificados em reunião de Câmara Municipal de 26/10/2011, foi deliberado, abrir os seguintes procedimentos concursais, que se encontram por concluir:

**1 – Dois postos de trabalho para Assistente Operacional (Pedreiro):** Procedeu-se à audiência da lista de candidatos excluídos;

**2 – Um posto de trabalho para Técnico Superior (Psicologia Educacional):** Aguarda conclusão e publicação da lista de Avaliação da Prova de Conhecimentos, por parte do júri;

De acordo com a deliberação da Câmara Municipal de Castro Verde de 13/04/2016, foi deliberado, por unanimidade, abrir vários procedimentos concursais, que se encontram por concluir:

**3 - Técnico Superior (Proteção Civil) e Técnico Superior (Engenheiro Geógrafo (SIG):** As listas de ordenação final encontram-se aprovadas pelo júri e aguardam ordem do Sr. Presidente para poder ser publicitadas na página da Autarquia e comunicada a audiência de interessados aos candidatos;

**4 – Técnico Superior (Gestão), Assistente Técnico (Administrativo), Assistente Operacional (Leitor Cobrador de Consumos), Assistente Operacional (Condutor de Máquinas e Veículos Especiais):** Aguardam ordem para se dar início ao procedimento.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, revogar os procedimentos concursais em causa conforme informação acima descrita.

### **3.- Concurso público para aquisição de gás propano a granel para equipamentos desportivos Municipais:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho favorável que proferiu sobre o relatório final de apreciação e decisão tomada pelo Júri do Concurso público acima referido, e que no qual propõe a adjudicação do procedimento de “Aquisição de gás propano a granel para equipamentos desportivos municipais” ao concorrente Petróleos de Portugal – Petrogal SA, pelo preço de referência PETROGAL que vigorar no momento do abastecimento, com o desconto de 0,311 €/kg, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Posto o assunto à votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente sobre o relatório final em causa.

Apreciou a Câmara igualmente a minuta do contrato a celebrar com a empresa Petróleos de Portugal, tendo deliberado, igualmente por unanimidade e nominalmente, aprová-la, ficando o respetivo documento anexo à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

### **4. – Autorização para abertura de procedimento por concurso público para aluguer operacional de uma varredora urbana:**

Apreciou a Câmara o pedido de autorização acima referido, com um preço base de 5.000,00 €, o que perfaz um valor de 60.000,00 € em doze meses, e caso seja renovado por igual período, até 36 meses, resultará um valor de 180.000,00 €, conforme respetivo programa de concurso e caderno de encargos.

Apreciado o assunto e submetido a votação, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, autorizar a abertura do procedimento em causa nos termos propostos.

Na sua abstenção, o Sr. Vereador António João Colaço, considerou elevado os montantes em causa resultante deste procedimento e que, em sua opinião, ascenderá o custo de duas máquinas deste tipo, tendo o Sr. Presidente da Câmara explicado que esta opção resulta das dificuldades financeiras que a Autarquia atravessa, resultante das opções legítimas tomadas pelos executivos anteriores e, neste momento, que impedem a aquisição do equipamento em termos diferentes.

#### **5. - Ratificação de licença especial de ruído:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no Café 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, das 23,30 às 3 horas, no período de 14 de Abril a 12 de Maio, em cada dia que pretenda realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da referida licença especial de ruído.

### **DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA**

#### **Obras e Loteamentos Municipais:**

- **Zona de Atividades Económicas (ZAE) de Castro Verde – Análise do Projeto de Execução:**

Apreciou a Câmara a seguinte a seguinte informação prestada pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental:

“1.- O presente projeto de execução tem como finalidade a construção das infraestruturas do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas [ZAE] de Castro Verde, em terrenos situados a norte da vila de Castro Verde, terrenos estes que integram a “Herdade da Serrana”, prédio rústico propriedade do município.

Genericamente a execução destas infraestruturas diz respeito à implantação de um loteamento, destinado à consolidação de uma zona de atividades económicas, constituída por 39 lotes, sendo:

- i) 2 lotes (nºs. 1 e 38) destinados à instalação de posto de transformação;
- ii) 1 lote (nº 39) destinado à instalação de fossa estanque para as águas residuais domésticas;
- iii) 1 lote (nº 7) destinado a equipamento (comércio ou serviços);
- iv) 35 lotes (nºs. 2 a 6 e 8 a 37) destinados à instalação de atividades económicas.

Desta forma o princípio geral que norteia a intervenção, materializa o loteamento com a execução de arruamentos e as infraestruturas necessárias de forma a possibilitar a ocupação consequente dos lotes criados, após a conclusão das obras.

Importa ainda referir que o presente projeto de execução, que materializa o PP aprovado, antes de ser finalizado, foi acompanhado e objeto de discussão sobre as soluções propostas com os nossos serviços. Podemos assim concluir que, pelo facto de não ser utilizado qualquer tipo de método, técnica ou material de construção inovador, em nossa opinião a presente obra de infraestruturas não assume complexidade relevante.

2 - Relativamente aos elementos que acompanham o projeto de execução, somos a informar o seguinte:

Analisados o elementos entregues, verifica-se que o mesmo é constituído por:

- a) Projeto de arranjos exteriores (terraplenagens / arruamentos e sinalização);
- b) Projeto de infraestruturas hidráulicas (abastecimento de água / águas residuais);
- c) Projeto de instalações elétricas,
- d) Projeto de ITUR;
- e) Projeto de espaços verdes;
- f) Projeto de gestão de resíduos de construção e demolições;
- g) Plano de segurança e saúde – em projeto;
- h) Medições e mapa de quantidades de trabalho,
- i) Orçamento,

Todas as especialidades que constituem o projeto de execução, são acompanhados pelos respetivos termos de responsabilidade dos autores, que asseguram o cumprimento de todas as disposições legais e técnicas da especialidade a que se reportam, memórias descritivas e cadernos de encargos (condições técnicas especiais).

Relativamente à obrigatoriedade de consulta a entidades externas ao município, sobre as soluções apontadas no presente projeto de execução, somos a informar o seguinte:

2.1 – No que se refere à *INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL*, foi solicitado parecer a esta entidade no dia 20 janeiro de 2017, com o envio do projeto de arruamentos acompanhado de um estudo de tráfego e respetiva conclusão relativa à solução geométrica a adotar para a ligação da ZAE de Castro Verde à ER2. Foram pedidos esclarecimentos por esta entidade à Câmara Municipal de Castro Verde em 31 janeiro de 2017, relativos a dúvidas suscitadas relativas aos elementos enviados.

A Câmara Municipal, em ofício datado de 07 março de 2017, esclareceu as dúvidas desta entidade e procedeu ao envio de novos elementos.

Até à presente data, não foi obtida resposta por parte da *INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL*, pelo que se pressupõe que a solução proposta, apresentada, está de acordo com a perspectiva desta entidade para a ligação da ZAE de Castro Verde à ER2

No entanto, em nossa opinião, deverá ser questionada a entidade em causa de forma a confirmar que a solução apresentada, para a ligação da ZAE à ER2, se encontra autorizada.

2.2 – No que se refere à EDP, ainda não foi solicitado o parecer do projeto de infraestruturas elétricas a esta entidade uma vez que não existia uma data concreta para o início das obras, estando a mesma dependente de candidatura aprovada a fundos comunitários.

Desta forma e existindo agora a possibilidade de candidatar a obra a fundos comunitários, deverá ser solicitado o parecer do projeto de infraestruturas elétricas à EDP.

3.- Para efeitos de candidatura da ZAE de Castro verde ao AVISO Nº ALT20-53-2018-03, de acordo com a deliberação nº 20/2016 – *Medidas de simplificação de Investimento no âmbito Municipal* – da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, de 2 de novembro de 2016, relativamente ao ponto nº 2 – *Flexibilização no nível de maturidade exigido* – na apresentação de candidaturas de infraestruturas, poderá ser apresentado o anteprojeto de execução, em substituição do projeto técnico de execução, desde que respeitem a condição de o lançamento do concurso para a empreitada ser feito até 60 dias após a contratação do apoio do Portugal 2020.

De acordo ainda com o ponto nº 3, da referida deliberação, relativo à – *Flexibilização nos Pareceres Externos* – sempre que sejam necessários pareceres de entidades externas ao município, a candidatura pode conter apenas o comprovativo de pedido de parecer junto da entidade competente, sendo que a apresentação dos pareceres externos deverá ocorrer até ao termo do prazo para a decisão da operação.

Pelo atrás referido, em nossa opinião, encontra-se o processo relativo às infraestruturas da ZAE de Castro Verde em condições de ser candidatado ao *Aviso nº ALT 20-53-2018-03*, nas condições descritas no ponto 3 da presente informação.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente proceder em conformidade com o teor da descrita informação.

### **Obras particulares:**

#### **1. - Deliberação final sobre processos de obras:**

Apreciou a Câmara e com base nos pareceres proferidos pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou por unanimidade e nominalmente aprovar os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- de Isa Cristina Chaves Marques, para construção de habitação na Rua Salgueiro Maia, lote 28, em Castro Verde (proc.º nº.8/18).
- de CERCICOA, para construção de duas residências autónomas na Rua do Aloendro, lote 50-A, em Castro Verde.

#### **2. - Projetos de arquitetura:**

Apreciou a Câmara e, com base no parecer prestado pelo Gabinete de Gestão Urbanística, aprovou por unanimidade e nominalmente, os projetos de arquitetura apresentados por Marrachinho Supermercados do Algarve SA, para alteração do seu edifício sito na Rua Nova da Feira, em Castro Verde, e por Ruben Alexandra Silva da Lança para ampliar a sua habitação sita na Rua 4 de Junho nº.20, igualmente em Castro Verde.

#### **3.- Pedido de alteração à constituição de imóvel em regime de propriedade horizontal:**

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Maria Amália Cruz Vargas Batista Martins Lopes e Ana Vitória da Cruz Vargas Batista Serra Gorgulho, solicitando a emissão de parecer sobre a

alteração à constituição do seu prédio, sito na Rua da Batalha nº.29, em Castro Verde, em regime de propriedade horizontal, em quatro frações.

A Câmara, em face do parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade, certificar que o mesmo imóvel reúne os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, nomeadamente quanto às disposições constantes do Código Civil, em duas frações autónomas, constituindo unidades independentes, distintas e isoladas entre si, com saídas para a via pública, da seguinte forma:

**Fração A** - No rés/chão, com entrada pelo nº.29 da Rua da Batalha, apartamento T1, composto por uma sala, um quarto, uma cozinha com marquise, uma instalação sanitária e arrecadação no vão da escada. Esta fração tem uma área bruta privativa de 71,40 m<sup>2</sup> com um acréscimo das áreas comuns de 5,58 m<sup>2</sup> o que resulta uma área bruta total de 76,98 m<sup>2</sup> o que corresponde em percentagem referente ao valor total do prédio a 35,35%.

**Fração B:** No rés-do-chão, com entrada pelo nº.17-A da Rua Morais Sarmiento, composto por uma loja de comércio/serviços, constituída por uma área de vendas, uma instalação sanitária e um espaço de arrumos.

No piso superior, com entrada pelo nº.29 da Rua da Batalha: arrumos.

Esta fração tem uma área bruta privativa de 47,30 m<sup>2</sup> com um acréscimo das áreas comuns de 3,70 m<sup>2</sup> o que resulta uma área bruta total de 51,00 m<sup>2</sup> o que corresponde em percentagem referente ao valor total do prédio a 23,42%.

**Fração C:** Com entrada pelo nº. 17 da Rua Morais Sarmiento, composto por loja de comércio/serviços, constituída por uma área de vendas, uma instalação sanitária w um espaço de arrumos.

No piso superior, com entrada pelo nº.29 da Rua da Batalha – Arrumos.

Esta fração tem uma área bruta privativa de 49,30 m<sup>2</sup> com um acréscimo das áreas comuns de 3,86 m<sup>2</sup> o que resulta uma área bruta total de 53,16 m<sup>2</sup> o que corresponde em percentagem referente ao valor total do prédio a 24,41%.

**Fração D:** No piso superior, com entrada pelo nº. 29 da Rua da Batalha, constituído por serviços, com uma área de receção/trabalho, uma instalação sanitária e um terraço.

Esta fração tem uma área bruta privativa de 34,00 m<sup>2</sup> com um acréscimo das áreas comuns de 2,66 m<sup>2</sup> o que resulta uma área bruta total de 36,66 m<sup>2</sup> o que corresponde em percentagem referente ao valor total do prédio a 16,83%.

#### **4. - Constituição de compropriedade/Aumento de número de compartes:**

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Rui Teles Borges da Silva Afonso solicitando o parecer sobre a operação de constituição de compropriedade/aumento do número de compartes, do prédio rústico denominado “Horta do Pinheiro”, com a área de 0,575 ha, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 53 da Secção S., da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, na proporção de metade para cada um dos seus dois filhos, após doação expressa por documento particular autenticado.

A Câmara, em face da informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente não ver qualquer inconveniente à concretização da operação de constituição de compropriedade/aumento do número de compartes requerida.

## **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL**

### **1. - Concessão de cartões sociais:**

Com base na informação nº.179 da Divisão de Educação e Ação Social e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Vera Lúcia Patacas Pinheiro e Manuel João Anacleto Sobral, residentes no Monte dos Geraldos; Mariana da Conceição Barão, residente em Entradas; José Alexandre Arsénio e Silvina Rosário José, residentes em S. Marcos da Ataboeira, e de Milene Ivete Pinto Mendonça, todos no escalão A, e de Adelino Maria, residente em Casével, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de Eugénio Chonita Rosado Gaspar e Florbela Cristina Miranda Correia Tavares, residentes em Castro Verde; e de António Ricardo Santos, residente no Monte dos Geraldos, todos no escalão A, e de Horácio Martins Bonaparte, residente no Monte dos Geraldos, no escalão B.
- Indeferir o pedido de cartão social requerido por Manuel Fernandes Martins Pereira, residente em São Marcos das Ataboeira, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento.

### **2. – Concessão de subsídios:**

- **À Confraria dos Cavaleiros de São Pedro:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Decorre no próximo dia 28 de Abril de 2018 as tradicionais Cavalhadas levadas a cabo pela Confraria dos Cavaleiros de São Pedro, uma vez mais, integradas na Quinzena Cultural Primavera no Campo Branco. Este dia é, igualmente, marcado pelo já habitual passeio pelo campo, cuja organização é coincidente, procurando ambas as iniciativas dedicar este dia aos aficionados dos cavalos.

Outrora, o uso destes animais no dia-a-dia das gentes do Campo Branco era uma realidade intimamente ligada à lide agrícola, não só nas suas deslocações, como também nas tarefas mais pesadas. Importa, pois, que esse pequeno pedaço de história seja preservado na memória da nossa sociedade, garantindo que, as manifestações com origem nesta sejam também apoiadas, como de ajudas à preservação da lembrança coletiva.

Neste contexto, e tendo presente o pedido de apoio solicitado em 16 de Abril de 2018 pela Confraria dos Cavaleiros de São Pedro para a realização destas iniciativas, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 800,00 € (oitocentos euros) destinado a suportar parte dos custos com a sua realização.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir à Confraria dos Cavaleiros de São Pedro o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o seu pagamento.

- **Ao Clube de BTT “Os Lunáticos do Pedal”:**

Foi presente proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Na sequência da solicitação apresentada em reunião, e atendendo ao papel importante desempenhado pela iniciativa em apreço, de atração e valorização do território e da promoção da prática desportiva, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 1.000,00 € para efeitos de organização e realização da III BTT “Os Lunáticos do Pedal” em Santa Bárbara de Padrões, Castro Verde, prevista para o próximo dia 29 de Abril.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir ao Clube de BTT “Os Lunáticos do Pedal” o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o seu pagamento.

- **Ao Futebol Clube Castrense/Secção de Patinagem:**

Foi presente proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Na sequência da solicitação apresentada por escrito (em anexo), e atendendo ao papel importante desempenhado pela iniciativa em apreço, de atração e valorização do território e da promoção da prática desportiva, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 1.000,00 € para efeitos de organização e realização da iniciativa “Estágio de Patinagem Artística em Castro Verde”, prevista para os dias 28 e 29 de Abril.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir ao Futebol Clube Castrense/Secção de Patinagem Artística o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o seu pagamento.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pela Assistente Operacional, Ana Isabel Brito Horta, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.